

REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL NOS ANOS 1990: CONTEXTO E IMPACTOS

Ana Laís dos Santos¹; Marislânia de Sousa Gomes²; Wiviany Souza de Lima³; Nilson de Sousa Silva Filho⁴; Sirneto Vicente da Silva⁵

¹Graduanda em Pedagogia, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFDIAM/UECE), Ceará, Brasil, e-mail: laisana.santos@aluno.uece.br

²Graduanda em Pedagogia, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFDIAM/UECE), Ceará, Brasil marislania.gomes@aluno.uece.br

³Graduanda em Pedagogia, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFDIAM/UECE), Ceará, Brasil wiviany.lima@aluno.uece.br

⁴Graduando em Pedagogia, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFDIAM/UECE), Ceará, Brasil nilson.silva@aluno.uece.br

⁵Professor do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFDIAM/UECE), Ceará, Brasil, e-mail: sirneto.silva@uece.br

Introdução

Este trabalho aborda as reformas educacionais implementadas no Brasil durante a década de 1990, analisando seus contextos de origem e os impactos produzidos no sistema de ensino nacional. Surge das discussões realizadas no Grupo de Estudos Alfabetização de Crianças, Formação de Professores e Psicologia Histórico-Cultural (GEALFAFORPHCULTURAL), vinculado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFDIAM), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e ao Grupo de Pesquisa e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR/UVA).

A década de 1990 esteve pautada por um cenário de mudanças políticas, econômicas e sociais no país, com a redemocratização consolidada e a inserção em processos de ajuste estrutural influenciados por tendências internacionais. Nesse contexto, a educação foi alvo de uma série de medidas normativas e organizacionais que buscavam modernizar o sistema, ampliando o acesso e buscando a melhoria da qualidade do ensino. Assim, o presente trabalho se propõe a examinar o contexto que levou à formulação dessas reformas, analisar as principais medidas implementadas e discutir seus impactos no sistema educacional brasileiro, utilizando como referencial os conceitos e análises desenvolvidos na literatura de Política Educacional.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e de abordagem bibliográfica, fundamentada a partir da análise de livros e artigos, e legislações educacionais, com foco principal na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº9.394/96 que abordam as políticas educacionais brasileiras, o

neoliberalismo e a sua influência na educação. Para a elaboração deste estudo foram analisadas obras como “Neoliberalismo e educação: manual do usuário”, de Pablo Gentili (1996), e estudos de Eneida Oto Shiroma (2000) sobre “Política Educacional”

Resultados e discussão

Os dados apontam que as reformas educacionais na década de 1990 ocasionaram grandes mudanças na organização e estrutura do sistema educacional brasileiro, mudanças essas que aconteceram em um cenário de crise capitalista do estado e ascensão das políticas neoliberais, retratando a influência de organismos internacionais como o Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional. O surgimento da Lei de Diretrizes e Bases, Lei n.º 9394/1996, representou um marco legal definindo as responsabilidades da união, estados e municípios incentivando a ampliação do acesso à Educação Básica, com um aumento expressivo das matrículas no ensino fundamental.

Outra mudança significativa foi a implantação de sistemas nacionais de avaliação da Educação Básica, que passaram a quantificar o desempenho dos estudantes e a servir de base para a formulação de políticas públicas. Essas avaliações passaram a monitorar os resultados educacionais e reforçaram a lógica da gestão por resultados, aproximando a educação de um modelo de caráter empresarial. Nesse sentido, como afirma Gentili (1996, p. 27), “o Estado neoliberal é mínimo quando deve financiar a escola pública e máximo quando define de forma centralizada o conhecimento oficial que deve circular pelos estabelecimentos educacionais”.

Essa forma de trabalhar também traz problemas. Por exemplo, algumas escolas passam a se preocupar só com as provas, em vez de pensar na formação completa do aluno. Ainda que as notas tenham melhorado um pouco em algumas áreas, existem grandes diferenças entre regiões, entre escolas de cidade e de campo, e entre os sistemas de ensino de cada estado. Essas desigualdades estão ligadas aos recursos financeiros investidos na educação. Apesar de as leis dizerem quanto precisa ser gasto, os recursos não são distribuídos de forma igual. A ideia de deixar cada município cuidar mais da sua educação deveria ajudar, mas na prática, cidades com menos dinheiro não conseguem oferecer boas salas de aula, materiais ou professores bem preparados. Além disso, mesmo que mais crianças estejam na escola a qualidade do ensino ainda é um desafio. Muitas escolas não conseguiam lidar com o aumento de alunos, tendo salas lotadas e faltando professores qualificados. A formação continuada de professores, que está na Lei de Diretrizes e Bases, não é desenvolvida igualmente em todo o país, o que afeta o processo de ensino e atendimento às necessidades dos alunos.

Com o tempo, essas questões começaram a refletir também no Ensino Médio. Muitos jovens chegam nessa etapa sem os conhecimentos básicos necessários, o que dificulta o aprendizado de conhecimentos mais complexos. Além disso, o Ensino Médio passou por reformas depois dos anos 1990, tentando se adaptar a um mundo mais globalizado e com novas demandas de mercado de trabalho, principalmente com a Reforma do Novo Ensino Médio, iniciada em 2017. Aqui também aparecem desafios: há uma discussão grande sobre se o Ensino Médio deveria preparar mais para o trabalho ou para o vestibular. Muitas escolas não conseguem oferecer opções que ajudem os alunos a decidir o caminho que querem seguir. Além disso, o

número de jovens que abandona a escola antes de terminar essa etapa da Educação Básica ainda é alto, especialmente entre aqueles que vivem em áreas mais pobres ou têm que trabalhar para ajudar em casa. Essas mudanças dos anos 1990 deixaram um legado complexo: por um lado, mais pessoas têm acesso à escola; por outro, ainda temos muito o que fazer para que todos tenham a mesma oportunidade de aprender bem e construir um futuro melhor.

Dessa forma, o que os resultados evidenciam é que as reformas educacionais da década de 1990 redefiniram a organização do sistema educacional brasileiro ao introduzir as mudanças administrativas, a ampliação do acesso à educação e as avaliações por desempenho. A LDB/1996 representa um marco no cenário educacional brasileiro. Em contrapartida, essas mudanças sofreram influência externa dos organismos internacionais, que moldam as políticas públicas educacionais e as aproximam da gestão por resultados e da educação comercial.

Contudo, o aumento das matrículas não é acompanhado por condições estruturais iguais em todo o país. A descentralização revela a desigualdade regional, a fragilidade na formação dos professores e a escassez material que afeta a permanência e o aprendizado dos alunos. No Ensino Médio, essas contradições se tornam mais evidentes, demonstrando desequilíbrio entre a capacitação para o mercado e a formação acadêmica, além de elevados índices de evasão.

Conclusões

As reformas educacionais da década de 1990 reorganizam o sistema educacional brasileiro sob influência de políticas neoliberais. A LDB/1996 consolida um novo marco regulatório e amplia o acesso à educação básica. Os sistemas de avaliação fortalecem a lógica da gestão por resultados. A ampliação das matrículas não garante igualdade nem qualidade social da educação. Persistem desigualdades estruturais, fragilidades na formação docente e desafios no ensino médio.

Esses desafios evidenciam que, embora as reformas tenham representado um avanço na consolidação do sistema educacional brasileiro, elas não conseguiram superar as desigualdades estruturais profundamente enraizadas na sociedade. A influência dos organismos internacionais e da lógica neoliberal instituiu um modelo que prioriza a gestão e a avaliação quantitativa, mas que ainda carece de investimentos direcionados para garantir condições iguais de aprendizado em todo o território nacional.

Para superar esse cenário, é necessário repensar as políticas educacionais, valorizando a formação continuada de professores de modo equânime, ampliando os investimentos em infraestrutura escolar e promovendo uma discussão sobre o papel da educação além dos indicadores de desempenho como ferramenta de transformação social e de garantia de direitos. Assim, o legado dos anos 1990 serve não apenas como um marco histórico, mas também como um alerta sobre a importância de alinhar as reformas educacionais às necessidades reais das comunidades e aos princípios de equidade e qualidade.

Palavras-Chave: Reformas Educacionais; Neoliberalismo; Política Educacional; LDB; Avaliação de Desempenho.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação:** manual do usuário. Petrópolis: Vozes, 1996.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Pedagogia